

# Telefonia no Brasil: A tarifa mais cara do mundo



Notas sobre a falta de competição no setor e proposta de solução para o problema.



# PREFÁCIO

Há muito tempo tenho lido que a telefonia no Brasil está entre as mais caras do mundo.

Por força da profissão e dos constantes deslocamentos, utilizei muito as telefonias fixa e móvel. Sempre achei minhas contas salgadas, mas como a utilização é alta, confesso que cheguei a pensar que o valor fosse justo.

Para a minha surpresa e indignação, descobri que a minha conta é alta não por causa do grande volume, mas porque em nosso país a tarifa é abusiva. Pela mesma quantidade de ligações, minha conta seria várias vezes menor em outro país.

Esse problema adquire uma proporção dramática para o povo, já que o plano do tipo pré-pago, cuja tarifa é ainda mais cara, é a opção geralmente adotada pelo segmento mais humilde da sociedade.

Debrucei-me sobre essa questão. Encontrei reportagens sobre o assunto nas mais diversas publicações. Dos grandes jornais diários e revistas, até entidades de defesa do consumidor, como IDEC e PROTESTE, percebe-se que há um elemento em comum que explica as altas tarifas: a taxa de interconexão.

Esse estudo irá esclarecer como funciona esse mercado, o que deveria ter sido feito e não foi por negligência da Agência Reguladora, as consequências para o consumidor e para a nação e os indícios daquilo que pode ter sido o maior sistema de transferência de riqueza da população para um restrito grupo de empresas.

Deputado Ronaldo Nogueira  
PTB | RS

2

3

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO.5

O PRÉ-PAGO MAIS CARO DO MUNDO.6

A TAXA DE UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO É UMA DAS MENORES DO MUNDO.7

POR QUE NO BRASIL É ASSIM.9

O que é a Interconexão  
Repercussão do assunto na mídia

CENÁRIO DO SETOR NO BRASIL E NO MUNDO.13

O que é a Interconexão  
Repercussão do assunto na mídia  
Conclusão

QUANTO O ABUSO JÁ CUSTOU PARA O CONSUMIDOR.15

A inacreditável Nota Técnica da Oi

R\$ 6 BILHÕES DESVIADOS EM UM ANO.18

SOLUÇÃO.20  
Como garantir a competição

2012







# INTRODUÇÃO

Em várias oportunidades, o Governo Federal externou insatisfação com o cenário das telecomunicações no país, pois o acesso digital é componente de primeira linha nos projetos de inclusão social. Preocupa o fato de o cidadão brasileiro pagar a segunda tarifa mais cara do mundo, enquanto sua taxa de utilização é uma das menores, o que revela a precariedade do serviço.

Para se ter uma noção da gravidade do problema, vamos comparar um usuário de pré-pago no Brasil, Rússia, Índia e China: enquanto nos demais países a utilização é financeiramente viável para o usuário, no Brasil ela se restringe a poucos que podem pagar:

## Utilização de 200 minutos em celular pré-pago

BRASIL	RÚSSIA	ÍNDIA	CHINA
R\$ 270,00	R\$ 46,00	R\$ 8,00	R\$ 32,00

Em 2010, o Ministério da Justiça revelou como as grandes operadoras agiram para monopolizar o mercado e elevar artificialmente suas margens, impedindo assim a competição no setor. Essa estratégia é baseada exclusivamente na obtenção de lucro de rede, hipótese vetada na LGT (Lei Geral de Telecomunicações) e negligenciada até agora pela Agência Reguladora. Trata-se da tarifa abusiva e da cada vez mais conhecida taxa de VU-M, que adiante será detalhada.

Contudo, uma vez que o grave problema que afeta toda a população é centrado em um único ponto, será mais fácil encontrar uma solução que modernize o setor e contribua para que as tarifas diminuam e para que o país seja mais competitivo.

No momento em que o Brasil assume uma relevância inédita no cenário internacional, é importante superar este gargalo, em área tão estratégica para o desenvolvimento humano.

**A PROPOSTA DESTE RELATO É CONTRIBUIR PARA O ESCLARECIMENTO DO ASSUNTO E APRESENTAR PROPOSTA DE SOLUÇÃO BASEADA NAS MELHORES PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS.**





# O PRÉ-PAGO MAIS CARO DO MUNDO

O povo brasileiro paga uma das maiores tarifas do mundo.  
Para se ter uma ideia, o preço da ligação do celular pré-pago no Brasil é 38 vezes mais caro do que na Índia.  
A maioria da população possui celular do tipo PRÉ-PAGO e quase não consegue usar o próprio aparelho, porque tudo é muito caro.  
Por isso é urgente priorizar ações para a compreensão e correção das distorções presentes no mercado nacional.



BRASIL: 2ª tarifa mais cara do mundo

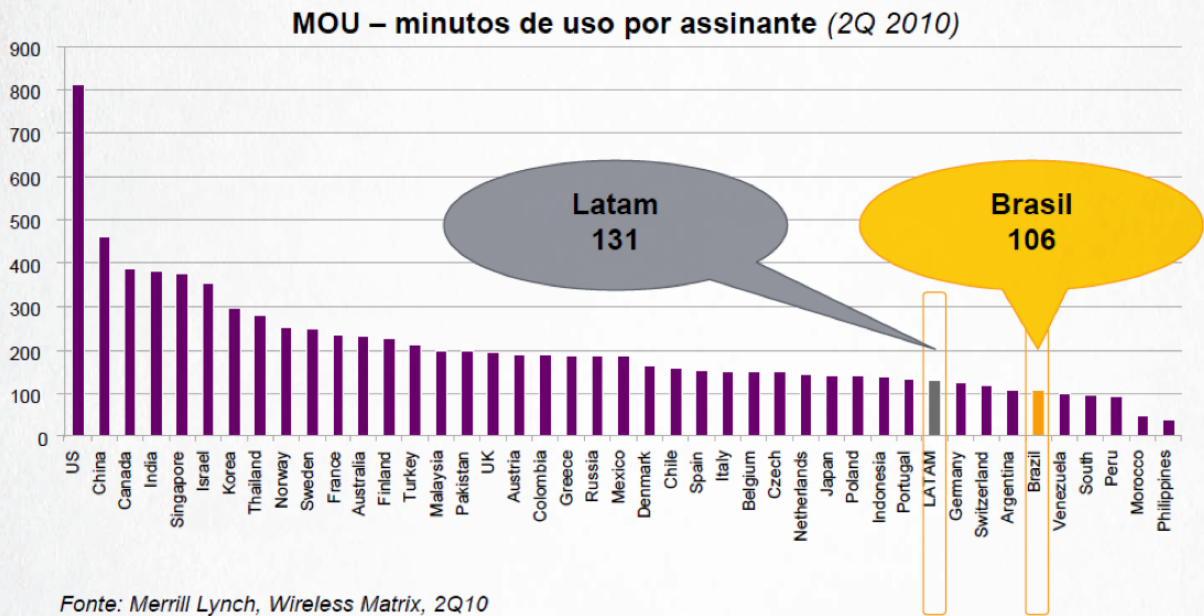


ÍNDIA: competição reduziu tarifas

**BRASIL:** 38 vezes mais caro do que na Índia  
**PRÉ-PAGO:** 82% dos celulares no país  
É a principal opção entre população de baixa renda

# CONSEQUÊNCIAS PARA O CONSUMIDOR

Com a tarifa tão alta, o brasileiro é um dos consumidores que menos utiliza os serviços.  
Este é um fator negativo para inclusão social e para os níveis de competitividade do país.



Fonte: Merrill Lynch, Wireless Matrix, 2Q10

QUANTIDADE DE MINUTOS POR MÊS É MUITO MENOR NO BRASIL.

## DE ACORDO COM O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA ECONÔMICA

Protocolado: 08012.008501/2007-91

Natureza: Processo Administrativo

214. A maior parte dos indivíduos que utilizam aparelhos pré-pagos os utiliza apenas para o recebimento de ligações. Não podem usar o próprio aparelho para telefonar devido aos altos custos relativos da ligação – .... O telefone celular, nesses casos, funciona como o “telefone de recado” de outrora, quando se fornecia o número de um vizinho ou parente para que se pudesse ser contactado, mas a possibilidade de efetuar chamadas deste mesmo número era reduzida.

215 ... A redução do número de ligações **reduz o bem-estar de todos os usuários.**”

SDE – Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça







# EXPLICAÇÃO PARA O CASO BRASILEIRO:

## FALTA DE COMPETIÇÃO E ABUSO DE PODER ECONÔMICO DAS GRANDES OPERADORAS ATRASAM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

Desde o ano de 2002, a taxa de interconexão (que é cobrada entre diferentes operadoras) deveria ter sido revista.

No final, esta tarifa é repassada ao consumidor brasileiro, que paga pela segunda maior tarifa do mundo.

A necessidade de revisão urgente da taxa de interconexão (VU-M) foi reconhecida pela própria ANATEL no entanto foi negligenciada, prejudicando a competição no setor e impedindo a queda nos preços.

Se por um lado a ANATEL ignorou a lei e nada fez para que a tarifa fosse reduzida, por outro as grandes operadoras combinaram estratégias para barrar a concorrência de novas teles, tudo isso documentado em relatório da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, conforme será visto nesta apresentação.

*“As regras brasileiras de interconexão entre as redes móveis e fixas precisam estar condizentes em relação à atual estrutura de mercado e alinhadas às práticas internacionais...”*

Jarbas José Valente, ANATEL, abril de 2002

No início da tecnologia celular, a tarifa era elevada porque servia de subsídio para construção da infraestrutura de implantação e de construção das redes móveis, que estavam partindo do zero.

Com a consolidação dos investimentos, ampliação da cobertura e aumento de clientes, o preço da VU-M deveria ser reduzido, obedecendo ao princípio de que o valor da rede deve ser oferecido ao preço de custo e que a troca de tráfego entre diferentes operadoras não deveria ser fonte de lucro.

Esta regra existe para que haja competição e evita que o preço cobrado do usuário seja abusivo. Isso ocorreu em quase todos os países.

No caso da Alemanha, o respeito a esse critério reduziu a tarifa em mais de 70%.

Com a redução na tarifa, as pessoas utilizaram mais o telefone e, no final, o faturamento das operadoras quase não diminuiu. No Brasil isso não aconteceu. Se fosse para aplicar a Lei Geral das Telecomunicações, essa tarifa deveria ser reduzida a partir de 2002.





# TARIFAS DE INTERCONEXÃO

UM ASSUNTO BASTANTE CONHECIDO

# TARIFAS DE INTERCONEXÃO

UM ASSUNTO BASTANTE CONHECIDO

As tarifas da telefonia móvel - Estadão.com.br

Página 1 de 2



## As tarifas da telefonia móvel

19 de fevereiro de 2010 | 0h 00

- O Estado de S.Paulo

O Brasil tem a segunda tarifa de telefonia celular mais alta do mundo, segundo estudo da consultoria europeia Bernstein Research, abrangendo 17 países, dos quais 6 desenvolvidos e 11 emergentes. O preço não se deve apenas à elevada tributação dos serviços de telefonia móvel (42%, contra a média de 17%, no mundo), mas à fixação de preços exorbitantes por serviços que os clientes têm de utilizar, sobretudo a interconexão com outros aparelhos fixos ou móveis.

Os usuários de celulares no Brasil pagam, em média, US\$ 0,24 o minuto, abaixo dos US\$ 0,26 da África do Sul e levemente acima dos US\$ 0,23 do terceiro colocado no ranking de tarifas mais elevadas, a Nigéria. Na Índia, esse custo é de apenas 1 centavo de dólar o minuto, na Indonésia e na China, de 3 centavos de dólar e na Rússia, no Egito e no México, da ordem de 5 centavos.

Com 173,9 milhões de celulares em operação - o que corresponde a 9 celulares para cada 10 habitantes, em média - e um dos 5 países com mais celulares no mundo, não é a falta de escala que explica o elevado custo dos serviços no Brasil.

A analista sênior Robin Bienenstock, da Bernstein Research, enfatiza o peso da taxa de interconexão, conhecida como Valor de Uso Móvel (VUM). É a tarifa que uma operadora paga a outra pelo uso de redes telefônicas. Entre janeiro e setembro de 2009, 24% da receita da operadora Vivo veio da interconexão. Na Oi, esse percentual foi ainda maior (27%), enquanto a Claro não divulgou a informação e a TIM aferiu 1,7% da receita com a interconexão. Um diretor da Oi declarou que chega a 35% o percentual da receita mensal que se origina das tarifas de interconexão, número confirmado por um vice-presidente da Vivo. Já na União Europeia, segundo a analista, alguns países estão perto de eliminar a taxa de interconexão, para incentivar a telefonia celular. Esse custo também foi reduzido em países latino-americanos - no Chile, metade do ônus foi cortado.

Em média, o brasileiro paga R\$ 0,45 o minuto em chamadas locais para telefones celulares da mesma operadora, mas o preço passa de R\$ 1,00 quando o número chamado é de uma empresa concorrente. A concessionária GVT chegou a entrar na Justiça contra a VUM, reivindicando redução de 50% da tarifa. Ela também recorreu à Secretaria de Direito Econômico, pedindo uma auditoria no modelo de custo das interconexões no País.

Para fugir das tarifas altas, 82% dos clientes da telefonia móvel optaram por planos pré-pagos, em que o celular é usado preferencialmente para receber chamadas - e nesse caso o custo é transferido para quem faz as ligações. Com o uso maciço do sistema pré-pago, o País ocupa, segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT), uma das cinco piores classificações no mundo em tráfego de voz via celular. Ou seja, muitos têm telefones, mas evitam usá-los.

Alguns clientes preferem interromper as chamadas recebidas de celular para celular e

[http://www.estadao.com.br/noticia\\_imp.php?req=not\\_imp513227.0.php](http://www.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=not_imp513227.0.php)

30/12/2010

As tarifas da telefonia móvel - Estadão.com.br

Página 2 de 2

respondê-las por intermédio de um aparelho fixo. Quando isto ocorre, a operadora de telefonia fixa paga a interconexão, cerca de R\$ 0,40 o minuto.

A receita proveniente da interconexão é um dos fatores que aceleram o ciclo de investimentos em redes móveis, de dois a três anos apenas, muito mais rápido do que nas redes fixas, segundo um vice-presidente da Vivo, Elcio Zilli.

Uma redução das tarifas de interconexão não provocaria queda dos investimentos das operadoras de telefonia celular no Brasil, avalia a Bernstein Research, pois o mercado brasileiro ainda tem espaço para se expandir, ao contrário dos mercados dos países desenvolvidos, que estão saturados.

Na Europa, a recomendação dos órgãos comunitários é reduzir as tarifas de interconexão a um patamar entre 1 e 3 centavos de euro, até 2012. No Brasil, a redução da tarifa de interconexão depende da Anatel. A Anatel informa que contratou uma consultoria para definir o modelo de custos, mas o prazo para o término do trabalho é de 18 meses.

Proteger a decisão de reduzir a tarifa de interconexão significa onerar os consumidores de um serviço já muito caro.

[http://www.estadao.com.br/noticia\\_imp.php?req=not\\_imp513227.0.php](http://www.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=not_imp513227.0.php)

30/12/2010

As tarifas da telefonia móvel - Estadão.com.br

Página 3 de 3

## mercado

### Governo quer tarifa igual para celular

Agência estuda proibir que operadoras cobrem preços diferentes em ligações feitas dentro e fora de suas redes

**FOLHA DE S. PAULO**  
SEXTA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2010 R\$

**COTACÕES/ONTEM**  
Bolsa  
Dólar Here  
Dólar Interbolsa  
Fusarica (Wall)  
Euro em Londres

+1,09%  
R\$ 1,83071, 832  
R\$ 1,7701, 950  
0,5832%  
1,3228-4668

**E-BOOKS**  
Apple negocia a abertura de loja de livros digitais no Brasil  
Pag. 96

**GOVERNO QUER TARIFA IGUAL PARA CELULAR**  
Agência estuda medidas para acabar a concorrência entre as empresas

**TELEFONIA CELULAR** Anatel estuda medidas para acabar a concorrência entre as empresas

**COMO FUNCIONA HOJE**  
A taxa de interconexão é cobrada em redes fixas para celular, mesmo quando é feita dentro de mesma operadora.  
Todas as operadoras oferecem preços diferentes para as ligações feitas dentro e fora de suas redes.  
O atual regulamento de acesso à rede fixa prevê que as operadoras possam cobrar preços diferentes para as ligações feitas dentro e fora de suas redes.

**QUE ESTÁ EM ESTUDO?**  
Proibição da cobrança de preços diferentes em ligações dentro e fora de uma operadora de telefonia celular.  
Regulamento mais rígido para a cobrança de preços diferentes em ligações dentro e fora de uma operadora de telefonia celular.

**UM MERCADO EM CRESCIMENTO**  
Falta de tarifas de acesso à rede fixa para celular, mesmo quando é feita dentro de mesma operadora.  
A taxa de interconexão é cobrada em redes fixas para celular, mesmo quando é feita dentro de mesma operadora.

**NOVOS MODELOS DE CELULAR**  
Lançados em jan. e fev. de 2010  
A taxa de interconexão é cobrada em redes fixas para celular, mesmo quando é feita dentro de mesma operadora.

**22**  
A taxa de interconexão é cobrada em redes fixas para celular, mesmo quando é feita dentro de mesma operadora.

**447%**  
A taxa de interconexão é cobrada em redes fixas para celular, mesmo quando é feita dentro de mesma operadora.

**23%**  
A taxa de interconexão é cobrada em redes fixas para celular, mesmo quando é feita dentro de mesma operadora.

**Actuant**  
A ACTUANT CORPORATE, EMPRESA LISTADA NA BOLSA DE VALORES DE NY (ACTU), ATRAVÉS DE SUA CONTROLADA

**MAXIMA**

**ADQUIRIU A EMPRESA**

**TUROTEST**

**LÍDER NO BRASIL EM PROJETOS E FABRICAÇÃO DE PAINÉIS, INSTRUMENTOS E MEDIDORES PARA OS SETORES AGRÍCOLA E INDUSTRIAL**

**A RICARDO LEI CONSULTORIA ITIHOU 2010: ACESSOR FINANCEIRO EXCLUSIVO DA TUROTEST**

**RICARDO LEI CONSULTORIA - RLC**

**RLC Banca Nova Empresa Para Análise**

**A RICARDO LEI CONSULTORIA ITIHOU 2010: ACESSOR FINANCEIRO EXCLUSIVO DA TUROTEST**

**ANÁLISE**  
Se plano avançar, teles devem ir à Justiça contra 'intervenção'

**RICARDO LEI CONSULTORIA**  
O governo e a Anatel estão em uma disputa por uma tarifa de interconexão que beneficia as operadoras de telefonia celular, mas causa prejuízo para as operadoras de telefonia fixa. A tarifa de interconexão é cobrada em redes fixas para celular, mesmo quando é feita dentro de mesma operadora. A tarifa de interconexão é cobrada em redes fixas para celular, mesmo quando é feita dentro de mesma operadora. A tarifa de interconexão é cobrada em redes fixas para celular, mesmo quando é feita dentro de mesma operadora.

05/04/12 G1 - Cristiana Lóbo » Governo quer que operadoras reduzam tarifa de celular pré-pago » Arquivo

notícias esportes entretenimento vídeos

e-mail central globo

## Governo quer que operadoras reduzam tarifa de celular pré-pago

05/04/12 G1 - Cristiana Lóbo » Governo quer que operadoras reduzam tarifa de celular pré-pago » Arquivo



publicidade

busca no blog

Colunistas

Alexandre Rêgo  
Aparecer Mueli  
Ana Cássia Maturano  
Bruno Medina  
Cassio Barbosa  
Dan Stulbach  
Geneton Moraes Neto  
Luciano Trigo  
Paulo Coelho  
Rosaíde Prata  
Sérgio Nogueira  
Thais Herédia  
Yvonne Maggie  
Zecca Camargo

Outros blogs

Amazônia - Blog do Rê  
Fundação - 38 anos  
G1 - Blog da Redação  
Globo News - Ciência  
Globo News - Estudos  
Globo News - Mídia  
Jornal Hoje - Hoje em  
Jornal Nacional - JN

Arquivos

abril 2012  
março 2012  
fevereiro 2012  
janeiro 2012  
dezembro 2011  
novembro 2011  
outubro 2011  
setembro 2011  
agosto 2011  
julho 2011  
junho 2011  
maio 2011  
abril 2011  
março 2011  
fevereiro 2011  
janeiro 2011  
dezembro 2010

g1.globo.com/plata/.../governo-quer-que-operadoras-reduzam-tarifa-cobrada-de-celular-pre-pago/

10

11

2012







# CENÁRIO BRASILEIRO E INTERNACIONAL

**O Brasil atrai as piores práticas mundiais em telecomunicações.** As grandes operadoras não encontraram obstáculos para realizar aqui atos que foram banidos em suas matrizes:

**EMPRESAS QUE OPERAM NO BRASIL FORAM PUNIDAS EM SUAS MATRIZES POR ABUSO DE PODER ECONÔMICO E PRICE SQUEEZE** (preço excludente):

PAÍS	MEDIDA ADOTADA
México	Multa de 1 bilhão de dólares contra a CLARO (Grupo Telmex)
Itália	Multa de 75 milhões de euros contra a TIM
Espanha	União Europeia multou a TELEFÔNICA em 15,9 milhões de euros
Brasil	Nenhuma punição; situação absurda em que a única empresa a denunciar o “price squeeze” (a HOJE TELECOM) foi punida pela ANATEL com o desligamento da rede.

Essas punições aplicadas no exterior não foram sem razão, pois quando uma operadora de Poder de Mercado Significativo oferece ao público valores abaixo daqueles de interconexão, há um esmagamento da concorrência, com graves consequências:

- Elimina-se a competição, impossibilitando a entrada de novas operadoras;
- Elevam-se as tarifas, com prejuízo para o consumidor;
- São criadas promoções ardilosas e mentirosas de campanhas “intrarede”, uma vez que, quando o usuário liga para outra operadora, paga a maior tarifa do mundo;
- Obtenção de lucro ilegal e enriquecimento ilícito, em desacordo com o Artigo 152 da LGT, na casa de dezenas de bilhões de reais;
- Há somente um lado positivo, porque o preço de público indica qual é o custo da rede (aquele que deveria ser pago pela VU-M), pois o valor de venda não pode ser abaixo do custo (hipótese de dumping);



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA ECONÔMICA

Protocolado: 08012.008501/2007-91  
Natureza: Processo Administrativo

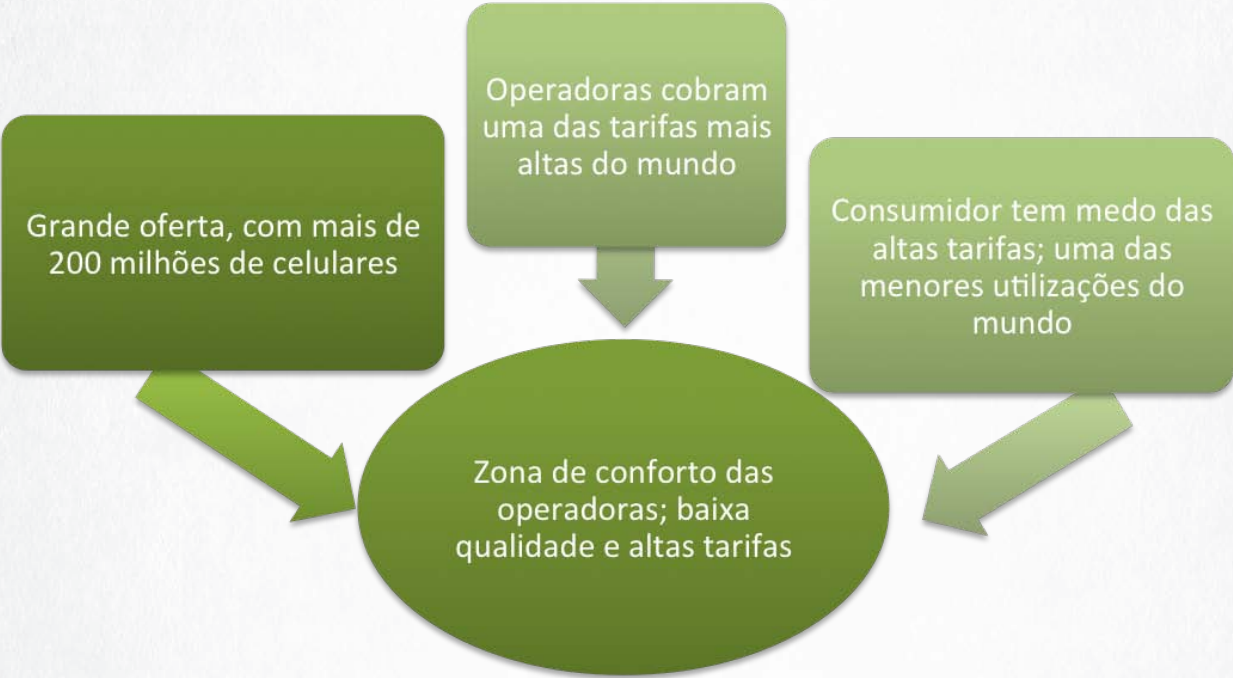
“209. Portanto, entende-se que está comprovada a prática reiterada de preços de público com valores bastante inferiores aos valores cobrados do VU-M por parte das representadas Vivo, Claro e Tim.  
...produzindo efeitos deletérios sobre a livre concorrência no mercado”.

“210. Cabe ressaltar que essa prática de estrangulamento de margens produz efeitos típicos de uma prática predatória no mercado”.



# CONCLUSÃO

Persiste no Brasil um modelo ultrapassado. A falta de ação da ANATEL, do MINICOM e do CADE ajuda a perpetuar um cenário extremamente negativo para o país e seus cidadãos.



Se o preço ao consumidor fosse menor, a utilização poderia crescer várias vezes, preservando o lucro das operadoras e o interesse do consumidor.

• Mas...

operadoras precisariam investir em centrais telefônicas, eficiência, infraestrutura técnica e operacional [call centers, etc].

• No entanto...

Ao invés disso, as operadoras cobram as maiores tarifas do mundo e não precisam aumentar a oferta para seus usuários. **CONSUMIDOR = O MAIS PREJUDICADO**

# QUANTO O ABUSO JÁ CUSTOU PARA O BRASILEIRO

Art. 152. O provimento da interconexão será realizado em termos não discriminatórios, sob condições técnicas adequadas, garantindo preços isonômicos e justos, atendendo ao estritamente necessário à prestação do serviço.

Lei 9472 - LGT – Lei Geral das Telecomunicações

## É PRINCÍPIO UNIVERSAL DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES QUE O ACESSO E O USO DE REDES DE TELECOMUNICAÇÕES DEVAM SER REMUNERADOS PELO CUSTO.

Essa é a ÚNICA forma de garantir competição no setor, ampliar a utilização e reduzir os preços ao consumidor. Afinal, trata-se de área estratégica e de grande interesse público, e nunca é demais lembrar que as redes de telecomunicações são bens públicos, cedidos em concessão.

No caso da rede móvel (VU-M), inicialmente essa tarifa era elevada em todos os países, pois serviu para subsidiar os investimentos das operadoras móveis. No entanto, com a consolidação das redes e investimentos, as tarifas foram reduzidas drasticamente. A contrapartida foi o aumento na utilização, que compensou a queda na VU-M. Portanto, não houve redução significativa nas receitas das operadoras.

Não foi assim no Brasil. Aqui a VU-M manteve-se elevada e tornou-se fator de exclusão e expropriação de receita. **A maior parte da população é dona de um celular pré-pago, mas, no entanto, não pode utilizar o serviço: os preços são aqueles da época em que um celular era artigo de luxo.**

A receita das operadoras deveria ser fruto do serviço prestado ao usuário. Por aqui, de forma escandalosa, há uma inversão: a interconexão é responsável por 50% do faturamento das operadoras.

Isto foi vetado (à custa de muitas punições) nas matrizes das operadoras que por aqui enchem seus bolsos com arrecadação ilegal. As cifras envolvidas são astronômicas. O dinheiro arrecadado ilegalmente alimenta a máquina de fazer lobby e mídia das grandes operadoras. Isso é o que declara, sem meias palavras, o Ministério da Justiça através da Secretaria de Direito Econômico no relatório que segue anexo.

Essa verdadeira bandalheira, a de obter lucros exorbitantes nas chamadas entrantes, é uma das distorções mais graves do mercado brasileiro e que devem ser combatidas com coragem pela ANATEL, pelo CADE e pelo MINICOM.







# A ESCLARECEDORA NOTA TÉCNICA DA OI

As grandes operadoras confiam tanto em seu enorme poder e na impunidade eterna, que deixam escapar verdadeiras pérolas que contribuem para revelar os bastidores do setor.

Neste sentido, a OI manifestou-se a favor da redução da VU-M em 2010 e, na ocasião, apresentou uma contribuição à consulta pública nº 37 na ANATEL. Com a entrada da PT (Portugal Telecom – ex-dona da VIVO) na OI, o assunto foi silenciado, mas o documento ficou e COMPROVA os mecanismos e arbitrariedades do setor.

Uma análise aprofundada, que incluiu o estudo dos balanços da CLARO, TIM e VIVO, a OI revelou conteúdo bombástico:

- **As operadoras preferem se organizar e dividir o mercado, com tarifa superfaturada.**
- **Há espaço para diminuição de tarifas de VU-M, mas há um “acordo” que impede isso.**
- **Uma redução de tarifa seria compensada pelo aumento na utilização, que é o que ocorreu em outros países do mundo.**
- **O subsídio ao pré-pago é uma mentira para justificar as altas tarifas.**
- **As operadoras VIVO, CLARO e TIM obtêm lucro na interconexão (VU-M), o que é contrário à legislação.**

## NO ANO DE 2009, ESTE LUCRO FOI DE R\$ 6 BILHÕES

“...atualmente, o mercado encontra-se num equilíbrio “perverso”, em que é mais cômodo garantir receitas por meio de um VU-M elevado, sobretudo pela extração de rendas do STFC”.

“... a redução no VU-M vem sendo recomendada por diversos órgãos regulatórios, como Comissão Europeia, Ofcom e órgãos regulatórios da Alemanha, Áustria e Bélgica (reduções de 50% a 70% do VU-M no período de 2002 a 2008 para a Alemanha e de 2004 a 2008 para Bélgica e Áustria).

**No Brasil, a tarifa de interconexão móvel ainda é elevada, sendo uma das mais altas do mundo”.**

“De fato, como mencionado, o setor móvel possui um saldo líquido positivo de interconexão e de uso de rede”.

“Com base nas informações destas três operadoras, observa-se que o saldo líquido de interconexão e de uso de rede do setor é da ordem de R\$ 6 bilhões, cerca de 18% da receita líquida total consolidada. Como será detalhado a seguir, este saldo positivo é proveniente basicamente do **setor de telefonia fixa**”.

“A conclusão que se segue é que o usuário final é o prejudicado, por arcar com tarifas de público mais elevadas em função do custo de interconexão.

“As concessionárias do STFC “contribuem” com a transferência de recursos da telefonia fixa para a telefonia móvel, ao passo que os usuários finais “contribuem” pagando tarifas mais altas em virtude do custo de VU-M”.

Nota técnica da OI - Telemar à consulta pública nº 37, apresentada em 23/11/2010





# A OI - TELEMAR declarou que em 2009 as operadoras CLARO, TIM e VIVO arrecadaram ilegalmente R\$ 6 bilhões.

O Ministério da Justiça, por sua vez, estima um valor duas vezes maior:

LUCRO LÍQUIDO COM INTERCONEXÃO EM UM ANO	
de acordo com a Oi	R\$ 6.000.000.000,00
de acordo com o SDE-MJ*	R\$ 10.000.000.000,00
ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO ILEGAL DESDE 2002	
R\$ 50.000.000.000,00	

\* A OI estima que 30% da receita bruta das operadoras são obtidos de VU-M; o SDE estima em 50%

Sem dúvida, este deve ser um dos maiores desvios de renda já registrados em nossa história.

Como não se trata de desvio de recurso público, mas de dinheiro arrecadado a partir de infração de ordem econômica e descumprimento da lei, infelizmente o conhecimento destas cifras perde-se no emaranhado técnico-regulatório do setor de telecomunicações.

No entanto, não tenhamos dúvida do que foi dito: além das informações da OI, é certo que pelo menos desde 2002 esta verdadeira tunga já enriquecia as operadoras móveis.

Assim nos diz o documento intitulado “A QUESTÃO DA INTERCONEXÃO ENTRE REDES”, elaborado pelo então superintendente de Serviços Privados da ANATEL, Sr. Jarbas Valente, atualmente empossado como conselheiro da Agência.

“As regras brasileiras de interconexão entre as redes móveis e fixas precisam estar condizentes em relação à atual estrutura de mercado e alinhadas às práticas internacionais...”

Jarbas José Valente, abril de 2002.

18

O montante arrecadado de cada um de nós, brasileiros, é surpreendente e amparado na verdadeira proteção institucional que as grandes operadoras receberam da ANATEL sempre que o assunto vinha à tona.

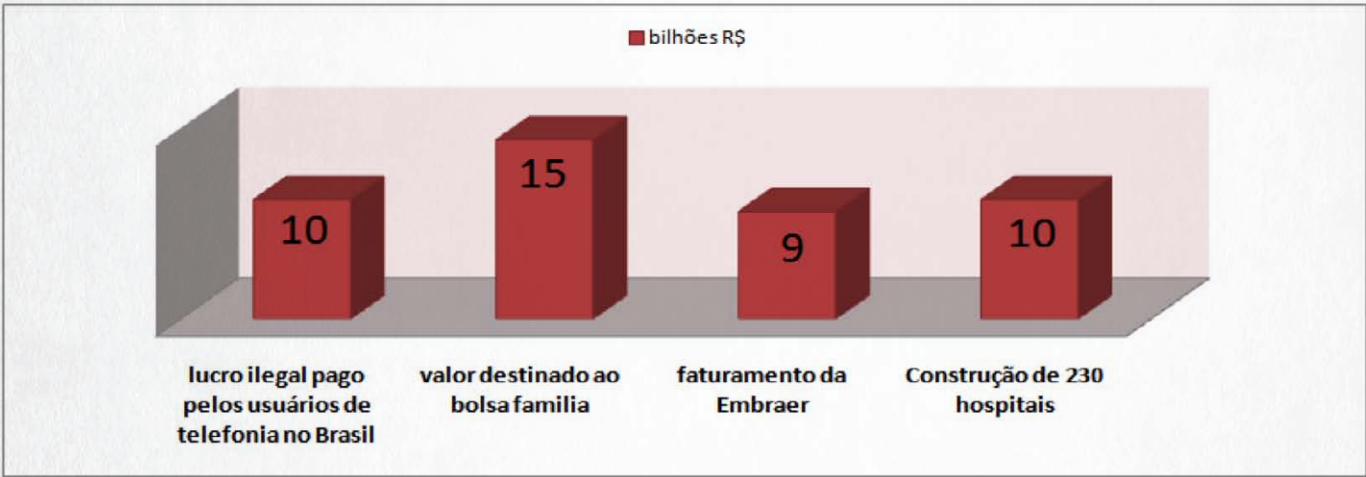
Por isso, neste momento em que a ANATEL sofreu uma das renovações mais amplas em sua história, é preciso assumir sua obrigação com a sociedade e assim defender a competição e o usuário.

Uma breve pesquisa na internet revela que a opinião geral diz que a ANATEL é defensora das grandes operadoras.

Em um passado recente tivemos, infelizmente, demonstrações neste sentido. Ex-dirigentes que eram responsáveis pela fiscalização e aplicação de multas (que se mostraram irrisórias) acabaram assumindo cargos nas grandes operadoras. Assim, é inevitável que reste uma imagem desconfortável e uma sensação de promiscuidade entre o regulador e o regulado.

Historicamente, essa é a melhor oportunidade para a Agência se reencontrar com a sociedade e CORRIGIR as distorções, abusos e infrações aqui relatados.

## DIMENSÃO DO VALOR ARRECADADO ILEGALMENTE EM UM ANO



O mercado tem regras e o país tem leis. Não há justificativa para esse estado de coisas prosperar. O descumprimento da LGT e do direito econômico em conluio para barrar a competição e prejudicar o usuário não pode ser mais tolerado. É hora de agir.

19

2012





# O PROBLEMA TEM SOLUÇÃO

A solução para que o Brasil tenha um sistema de telecomunicações moderno e alinhado com as melhores práticas para o usuário já é de conhecimento do setor.

**DESDE 2004, A ANATEL PROTELA DECISÕES QUE RESOLVERIAM OS PROBLEMAS APONTADOS.  
AS DECISÕES PROFERIDAS ATÉ HOJE FORAM TÍMIDAS E INSUFICIENTES.**

Por exemplo, vamos analisar a redução forçada da VU-M através do VC1, em 2012:

Situação de hoje...



...e daqui a 3 anos.



Conforme aumenta a demanda pela inclusão e serviços digitais, mais sensíveis ficam a sociedade e os meios de divulgação de notícias. Por isso, além de postergar desde 2004 a decisão de alinhar o setor, as soluções adotadas, como no exemplo acima, não trazem resultado efetivo. Antes, mantém quase intacto o cenário decadente em que o brasileiro contracena como a maior vítima.

Mais da metade dos servidores abordados na ANATEL desconheciam o conteúdo do relatório do SDE-MJ. É vergonhoso que um órgão externo supere a Agência em relação ao conhecimento do setor. Da mesma forma, a ANATEL deveria estar na dianteira quando o assunto é a defesa da competição.

O marasmo tecnocrático que beneficia os grandes grupos tem que mudar imediatamente. A LGT tem que ser cumprida onde ela é mais benéfica ao usuário, ou seja, em sua defesa da competição, qualidade e universalização.

As práticas mais eficientes adotadas em outros países não impactariam negativamente, nem seriam capazes de “quebrar” as operadoras no Brasil; isso não aconteceu lá fora.

Trata-se de uma lamúria batida; as operadoras choraram da mesma forma em outros mercados, mas a vontade política prevaleceu e essas empresas foram obrigadas a mudar o foco: deixaram de explorar a rede e se concentraram na prestação de serviço ao usuário.

Como bem apontaram a OI e o Sr. Jarbas Valente, a redução na VU-M seria imediatamente compensada pelo aumento no consumo. O impacto negativo para as operadoras seria pequeno, enquanto seriam enormes os benefícios sociais e os ganhos em competitividade para o país.





As propostas apresentadas são pertinentes e perfeitamente alinhadas com a LGT:

**PARA RESOLVER A QUESTÃO DAS ALTAS TARIFAS E DA FALTA DE  
COMPETIÇÃO PROVOCADA PELA VU-M ABUSIVA:**

**SOLUÇÃO: simetria entre valores de TURL e VU-M (ou *bill and keep* pleno)**

Justificativa: os preços de público das operadoras móveis estão próximos da tarifa de TURL (cobrada da operadora fixa). Como os preços de público das operadoras móveis indicam valores que estariam acima do custo (salvo hipótese de dumping), a equiparação é coerente. Isso diminuiria a tarifa, favoreceria a competição e é a maneira mais rápida para implantação de um novo modelo, sem contradizer a LGT.

Outro aspecto é que as operadoras fixas são fundamentais para a universalização da banda larga. A melhor oferta de dados, voz e imagem é realizada através de fibra ótica.

Por isso, enquanto as fixas precisam investir em redes de fibra ótica, as operadoras móveis já estão bem mais consolidadas. Não há, portanto, contradição na equiparação das remunerações das redes.

**Precedentes internacionais: a) simetria na Argentina, Chile e Colômbia (conforme Cullen International Support Services, cross-country analysis. b) Recomendação da Comissão Europeia, 2009**

**SOLUÇÃO: o preço de público será critério para arbitragem.**

Em caso de conflito, a arbitragem da ANATEL deverá observar, obrigatoriamente, os preços de público praticados pela parte reclamada; esse preço, se inferior ao preço contratado, será validado. Prevalecerá o menor preço em benefício da competição e do usuário.

**Precedente:**

**Europa, 2004, IRG (Independent Regulators Group), “Principles of implementation and Best practice”**



Na direção de uma nação próspera e justa, o Governo Federal realizou a maior distribuição de renda da história, eliminando a fome que grassava em nosso país e incluiu no mercado milhões de cidadãos.

Na direção cruel e inversa, as avaliações mais conservadoras estimam que um montante de dinheiro que chega à metade do orçamento do Bolsa Família é indevidamente desviado da população, em um fluxo constante e diário que vai do bolso dos usuários de telefonia para os cofres das grandes operadoras.

A Lei Geral de Telecomunicações instituiu dispositivos e regras para que houvesse competição no setor e, como consequência, melhores serviços com menores tarifas. Se por um

lado a falta de aplicação destes mecanismos prejudicou o país, por outro as ações de aniquilação da concorrência são aplicadas em larga escala, merecendo a devida punição e correção.

Esse estado de coisas não pode mais prosperar. Estamos diante de um serviço fundamental para o desenvolvimento e bem-estar humano. Não há que se falar, em nossos dias, de inclusão social sem considerar a inclusão digital. O povo é impedido de usar seu próprio aparelho porque não pode pagar as tarifas. Prova disso é que o Brasil é um dos países com a menor taxa de utilização.

É hora de agirmos com pulso firme, a favor do povo.





